



WWW.CDDMOZ.ORG

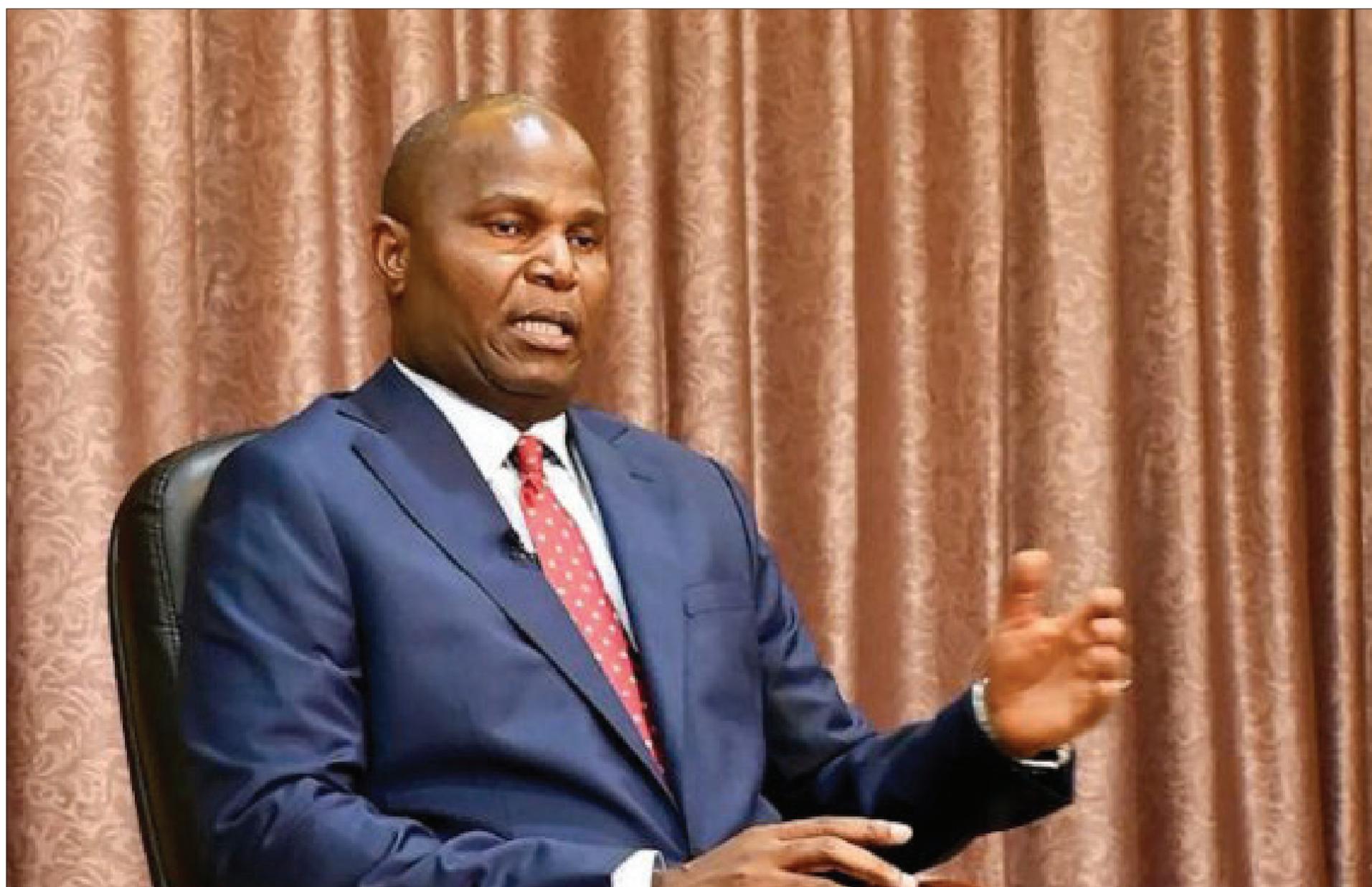
POLÍTICA MOÇAMBICANA

Segunda - Feira, 27 de Janeiro de 2025 | Ano VI, n.º 665 | Director: Prof. Adriano Nuvunga | www.cddmoz.org

DANIEL CHAPO

Como combater o crime organizado num sistema controlado por bandidos?

- Passam hoje, Segunda-feira, 27 de Janeiro de 2025, 17 dias após a cerimónia de tomada de posse de Daniel Chapo para o cargo de Presidente da República (PR), o quinto na história do país, e o quarto desde a implantação da democracia em 1994. No seu discurso inaugural foi aplaudido por alguns devido ao entendimento de que o mesmo traz uma abordagem de ruptura em relação à governação dos seus antecessores, com particular destaque para Filipe Nyusi, a quem sucedeu na Ponta Vermelha. De entres várias promessas feitas por Chapo, salta à vista o combate ao crime organizado, do qual se podem destacar os raptos e o tráfico de drogas.



Informação disponível aponta Moçambique como corredor, local de produção e de consumo de drogas. Nos últimos anos, o crime de raptos tem estado a se consolidar perante um Estado cada vez mais fraco ou enfraquecido. Estudos e organizações internacionais mostram que o crime organizado prospera devido ao envolvimento da elite governamental e partidária com o mundo do crime. Instituições do Estado como a Procu-

radoria-Geral da República (PGR) apontam o envolvimento de pessoas politicamente expostas como entrave para a luta que o Estado se propõe travar contra o crime organizado.

Chapo é Secretário-Geral da Frelimo, partido pelo qual concorreu ao cargo de PR. Nos próximos dias deve ser confirmado presidente daquele partido. Ao ascender ao mais alto cargo a direcção da Frelimo ele passa a ter mais poderes para dirigir o Estado com

autonomia, o que lhe permite operar as mudanças que pretende, incluindo no tocante à luta contra o crime organizado. No entanto, nenhum dos seus antecessores conseguiu combater o crime organizado, que com o tempo se consolidou ao ponto de ter criado tentáculos nos sectores mais sensíveis do Estado. O pesquisador Joseph Hanlon associa o tráfico de drogas, por exemplo, à Presidência da República.

As drogas e as ligações à elite governamental e partidária

O juiz-conselheiro e vice-presidente do Tribunal Supremo (TS) João Beirão disse em Maio do ano passado que Moçambique era um corredor¹ de drogas e colocou o país ao lado de Estados como Quénia, Afeganistão, Paquistão, África do Sul, Brasil e Etiópia.

Na altura, Beirão mostrou preocupação com o facto de, apesar de o Estado estar a intensificar actividades de prevenção visando reduzir a procura da droga pelos consumidores, reforçando a legislação de prevenção e combate e agravando a penalização dos criminosos, o tráfico de drogas está a agigantar-se.

Dados do último informe da Procuradoria-Geral da República (PGR) mostram um aumento de apreensões de anfetaminas, metanfetaminas e outras drogas, o que revela que o país se tornou num local de produção destas substâncias. A PGR indica que em 2023 houve um registo de 1.245 processos de tráfico e consumo de estupefacientes, substâncias psicotrópicas, percursos e preparados, sendo de destacar 20 com conexões internacionais, contra 1.035 em igual período anterior, registando-se um aumento de 208, o correspondente a 20,3%.

Um relatório da Iniciativa Global contra o Crime Organizado Transnacional publicado em 2022 indica que na África Austral, os portos de Pemba e de Nacala estão entre os mais

importantes no tráfico de drogas. De acordo com esse relatório, os países do Leste e do Sul da África podem estar a receber mais drogas em relação à América Latina. O Gabinete das Nações Unidas contra a Droga e o Crime alertou, em 2019, que Moçambique se tinha tornado num corredor de grandes volumes de substâncias ilícitas, principalmente heroína, e recomendou uma maior cooperação internacional para a prevenção.

O destacado analista sul-africano Moeletsi Mbeki, disse em 2022 que o tráfico de heroína para África do Sul florescia graças às facilidades dadas pela Frelimo, o partido no poder em Moçambique desde a Independência. Em 2010 o então Presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, designou Mohamed Bachir Suleman “barão” de droga. É público que MBS é um dos principais financiadores das campanhas da Frelimo desde os tempos de Joaquim Chissano. Acredita-se que esse financiamento é uma forma de “massagear” o sistema para continuar a garantir protecção.

A droga movimenta milhões de dólares. São esses dólares que financiam o partido Frelimo. Um estudo da autoria de Joseph Hanlon, intitulado “Heroína continua sendo uma das maiores exportações”, indica que todos os anos são movimentadas entre 10 e 40 toneladas de heroína, ou mesmo muito mais, através de Moçambique, com um valor de

exportação de 20 milhões de US\$ por tonelada. Segundo esse estudo de 2018, estima-se que pelo menos dois milhões de US\$ por tonelada ficam em Moçambique, na forma de lucros, subornos e pagamentos a figuras seniores moçambicanas.

Hélder Injonjo, um deputado da Frelimo² e antigo primeiro vice-presidente da Assembleia da República, é apontado como barão da droga, na sequência da droga apreendida em 2022 no Porto de Macuse, na Zambézia.

No ano passado, durante a abertura do Ano Judicial, a antiga procuradora-geral da República, Beatriz Buchili, disse que o envolvimento de agentes da Polícia, magistrados, advogados e políticos comprometia o combate ao tráfico e consumo de drogas.

O conceituado pesquisador Joseph Hanlon associa o negócio³ da droga à Presidência da República. Numa publicação de Agosto de 2024, citada pelo diário digital “Canalmoz”, Joseph Hanlon afirma que o negócio da droga é gerido pela Presidência da República, o gabinete de trabalho do PR, na altura Filipe Nyusi, e neste momento, Daniel Chapo. Segundo Joseph Hanlon, Filipe Nyusi tinha conhecimento desse negócio que há décadas tem na Presidência da República o seu quartel general. Isso significa que Joaquim Chissano e Armando Guebuza também sabiam do negócio.

Raptos: Um negócio de Estado

Moçambique é assolado desde 2011 pelo crime de raptos, que tem como principais vítimas empresários, na sua maioria de ascendência asiática. Dados de Março do ano passado indicam que desde 2011 o país registou 185 casos⁴ de raptos e pelo menos 288 pessoas foram detidas por suspeitas de envolvimento neste tipo legal de crime. De Março a esta parte houve mais casos de raptos, o que significa que o número subiu. Só

este ano houve dois raptos. Filipe Nyusi prometeu criar uma brigada anti-raptos. Em 15 de Janeiro saiu do poder e nada se sabe sobre a tal brigada.

Desde 2011 não se conseguiu prender um único mandante dos raptos. Tal como acontece com o tráfico de drogas, o crime de raptos só prospera porque há envolvimento de pessoas importantes na estrutura do Estado. A antiga procuradora-geral da República, Be-

atriz Buchili, já denunciou o envolvimento de agentes do Serviço Nacional de Investigação Criminal (SERNIC) nos raptos, mas também de magistrados e advogados.

No ano passado, durante a cerimónia de abertura do Ano Judicial, Beatriz Buchili disse que a falta de integridade das instituições e a corrupção eram usados pelo crime organizado para estender as suas teias na Polícia, nas magistraturas (nomeadamente Judicial, do

¹ <https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2020/07/Tribunal-Supremo-traca-cenario-sombrio-sobre-o-trafico-de-drogas-e-mostra-preocupacao-com-o-crescimento-do-mal-que-colocou-o-Estado-de-joelhos.pdf>

² <https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2020/07/Beatriz-Buchili-deve-parar-de-se-lamentar-e-atacar-os-grandes-baroes-da-droga-dentro-da-Frelimo-porque-tem-mecanismos-para-o-fazer.pdf>

³ <https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2020/07/Joseph-Hanlon-associa-negocio-da-droga-a-Presidencia-da-Republica-.pdf>

⁴ https://www.rtp.pt/noticias/mundo/reino-unido-alerta-para-risco-de-rapto-em-mocambique_n1574973

Ministério Público, Judicial Administrativa, Fiscal e Aduaneira), na advocacia, na política, na economia na sociedade, manipulando as agendas das instituições e comprometendo o Estado.

O “à vontade” com que operam os raptos, o facto de as vítimas serem quase sempre libertas mediante pagamento de resgate, bem como o facto de até hoje não se ter chega-

do a, pelo menos, um mandante⁵ dos raptos, sugere que não há interesse de se combater o mal, o que consolida a ideia de que os raptos são um negócio⁶ de Estado.

Apesar de Chapo se mostrar determinado, pelo menos a nível do discurso, para combater o crime organizado, o envolvimento da elite governamental e partidária, que ele vai passar a liderar, com o mundo do crime,

pode ser um entrave para a luta que se propõe travar. Assim, duas saídas restam para Chapo: uma, é seguir com as reformas que concorram para o combate ao crime organizado, o que equivale a dizer que vai atacar ou implodir o sistema; outra, é capitular perante o crime organizado e terminar com a manutenção do estado das coisas.

⁵ <https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2020/07/E-fundamental-chegar-se-aos-mandantes-dos-raptos-se-o-Estado-quiser-combater-o-mal.pdf>

⁶ https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2020/07/Um-crime-de-Estado_-1.pdf



Construindo uma sociedade democrática que promove, protege e respeita os Direitos Humanos.

Building a democratic society that promotes, protects, respect human rights & transform people's lives.

INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – CENTRO PARA DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: André Mulungo
Autor: CDD
Layout: CDD

Contacto:
 Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
 Telefone: +258 21 085 797

Twitter: CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: <http://www.cddmoz.org>

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

